

A vacinação obrigatória não pode existir; é entregar um poder ao Estado, a este leviatã, e retirar das pessoas até mesmo o seu direito de escolher se quer ser vacinada, se não quer ser vacinada. Qual vai ser o próximo passo? Qual vai ser o próximo ataque do Estado contra as liberdades individuais?

Se você não fizer algo de acordo com a agenda globalista, então você não tem o direito de ser um ser humano. Nós estamos categorizando os seres humanos; nós estamos dizendo quais seres humanos podem frequentar um mercado, quais seres humanos podem frequentar o trabalho, quais seres humanos nós não podem. Retirando deles o livre-arbítrio, o direito de poder escolher. Isso é inadmissível, isso é nojentoso, isso é nefasto. Essa agenda não pode prosseguir.

Pelo menos pelo que eu entendi das decisões da cúpula do Judiciário, aquela corte que não pode ser nomeada, deram aos estados o poder de decidir sobre a vacinação compulsória, porque o controle da pandemia ficou aos estados. Esta Assembleia Legislativa é um Poder pertencente ao estado de São Paulo; então, cabe a nós também decidir sobre isso, nos debruçar sobre a liberdade da população paulista.

A exemplo de muitos projetos de lei que retiram qualquer tipo de tratamento, não apenas a vacinação; não estamos falando apenas de vacinação, estamos falando de qualquer tipo de tratamento compulsório, à força, a um adulto que tem plenas capacidades mentais de decidir o que vai fazer, o que não vai fazer com o próprio corpo. É uma questão pura e simplesmente de liberdade.

Estão dando uma mão ao Estado; daqui a pouco vai pedir um braço, daqui a pouco vai pedir a perna, daqui a pouco vai pedir a sua vida. Tudo para seguir esta ditadura sanitária, nojenta e nefasta que está sendo aplicada no estado de São Paulo, no resto do Brasil e no mundo.

Em todos os setores jurídicos que nós temos hoje, infelizmente já não há mais a quem recorrer. Vamos procurar recorrer a quem, a Deus?

Então, vamos pelo Legislativo. O Legislativo tem o poder de decidir sobre isso. Esta Assembleia Legislativa tem projetos de lei, inclusive, que retiram do povo essa obrigatoriedade.

A obrigatoriedade de vacina - meu Deus do céu. Parece que eu estou falando do quê, da Alemanha nazista, da Rússia soviética? Não, isso daqui é Brasil. O povo tem o direito de lutar pela sua liberdade, o direito de lutar pela sua escolha. O povo é livre, o povo não vai abrir mão da sua liberdade.

E nós não podemos permitir que o Estado, na sua tentativa vil de retirar essa liberdade, traga sanções terríveis, tirando do povo o direito de poder comprar comida, se alimentar, trabalhar.

Ter uma vida com os seus plenos direitos civis retirados, em nome de déspotas, em nome de pessoas que acham que podem impor sua vontade sobre a população simplesmente porque querem. Pelo amor de Deus.

Eu peço aos deputados da Assembleia de São Paulo que se debruceem a respeito desses projetos de lei que há aqui nesta Casa. Inclusive, nós temos uma lei, já aprovada - precisa estudar muito bem a respeito disso -, que proíbe tratamento compulsório no estado de São Paulo. Aqui, estadual. Qualquer decreto do governador não pode se sobrepor a esta lei.

Então, aí sim encontramos uma alternativa para buscar a Justiça, porque, se este estado já decidiu, cabe a esta Assembleia Legislativa deixar mais claro ainda; cabe a esta Assembleia Legislativa deixar claro que o povo paulista precisa ser respeitado nas suas escolhas, no seu direito, na sua liberdade. E não trazer essa desgraça de vacinação compulsória ou qualquer tipo de tratamento compulsório e obrigatório.

É inadmissível que nós permitamos que isso ocorra à população. Quer se vacinar, se vacine. Fique à vontade para se vacinar, ninguém aqui é antivacina, mas essa tentativa de vacinar o povo de forma obrigatória e compulsória, isso é a porta de entrada para um regime ditatorial, nefasto, autoritário, totalitário, que vai retirar as nossas liberdades, que vai começar com isso e vai avançando dentro das nossas casas, da nossa família, querendo cuidar não apenas da questão de saúde, mas economia, segurança. Não!

"Nós sabemos o que é mais saudável para você, nós sabemos o que é mais econômico para você, nós sabemos cuidar dos seus filhos, nós sabemos cuidar da sua vida, então deixe que o papai Estado cuida disso".

Não! Não permita, população brasileira. Brigue contra isso, lute contra isso. Lute a favor da sua liberdade. O seu direito herdado pelo próprio Deus ao homem de poder escolher e por ele nós vamos lutar até o fim.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Quero falar pelo Art. 82.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MELLÃO - NOVO - É regimental o seu pedido. A senhora tem o tempo previsto no Regimento para fazer uso da palavra pelo Art. 82.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - PELO ART. 82 - Bem, eu já cumprimentei todos e todas e continuo o que estava falando. Chamo a atenção de todos que me assistem através da Rede Alesp, aliás, no dia de ontem, deputado José Américo, nós fizemos uma audiência pública sobre o famigerado PLC 26, não é?

Teve um aditamento, recuou, o governo recua em alguns pontos, no que diz respeito a poder receber 100% do salário se for temporário, mas isso é óbvio que, se passasse aqui, seria inconstitucional. Dois profissionais fazendo a mesma coisa, isso quebra a isonomia, portanto, a gente ganharia isso, mas, independentemente, acertou.

O que afronta é admitir essa contratação. Ela é precária. Contratação dos temporários, servidores temporários do estado de São Paulo, dos profissionais, servidores públicos do estado de São Paulo, professores, servidores públicos em geral, é precaríssimo. Não tem direito a usar sequer o lamspe, que é um instituto de atendimento médico do servidor público do estado de São Paulo.

Não pode nem usar o lamspe, então é algo assim que a gente se pergunta, poxa, estamos no século XXI, tudo avançando e o trabalho, no caso aqui do estado de São Paulo, virando um trabalho escravo. Nós queremos a retirada desse PLC 26, não tem remendo a fazer. Nós queremos que mantenha o que está, garantir os direitos de quem tem os direitos.

Eu acho que isso é algo que a gente... Quer ver uma coisa que é uma afronta? Os aposentados pagarem de novo a sua aposentadoria. Isso é uma afronta. Esta Casa tem que resolver isso, esta legislatura tem que resolver essa distorção. Está lá, foi aprovado na reforma da Previdência.

Chamei a atenção por várias vezes aqui que haveria um processo de desapensação, porque lá estava dito que se houvesse déficit atuarial comprovado, aliás, está dizendo que tem que ser comprovado, mas o Estado não comprovou e aplicou as alíquotas para os servidores aposentados.

Tem professor que ganha dois mil reais, ele está na faixa de 12%, vai pagar, está tirando 240 reais da conta dele. Tem gente com 800 reais, ganha mais, está em uma faixa maior, mas ele já pagou a sua aposentadoria. Então, até direito adquirido aqui neste estado se retira.

Deputado Douglas Garcia, eu debateo com o senhor numa boa. Eu tenho claro o seguinte. A questão da vacinação, nós temos que estar vacinados porque a gente não pode colocar em risco outros.

O problema não sou eu, o problema é o outro, então o meu compromisso é coletivo, não pode ser eu individualmente. E o senhor teve o vírus, pegou o vírus, se curou, ainda bem, graças a Deus, não é? Mas não podemos...

Agora a gente vê aí tantas pessoas idosas que morreram, isso tudo, Deus me livre ter que fazer essa conta aqui, mas isso tudo acabou tendo um impacto também na Previdência, ou não? Não estou entendendo essa fome do governador no que

diz respeito a continuar descontando o dinheiro de quem já pagou a sua aposentadoria.

O deputado Giannazi tem o PDL que apresentou, está nas comissões, eu tenho o meu PDL, está também na Constituição e Justiça, quero ver se coloco como prioridade, não é, porque seria bom se esta Casa e esta legislatura dessem uma resposta para esse governador e parasse de cometer essa injustiça com os servidores aposentados.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - Quería usar a palavra pelo Art. 82 pela liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MELLÃO - NOVO - É regimental o seu pedido. Vossa Excelência tem o tempo de cinco minutos.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA - PT - PELO ART. 82 - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, meus amigos, minhas amigas, leitores do Diário Oficial, telespectadores da TV Assembleia, queria começar aqui, é impossível não falar disso, Douglas, em 1.569 Portugal foi acometido pela peste bubônica.

Um terço da população de Lisboa morreu por conta da peste bubônica, um terço das outras cidades portuguesas grandes também. A mortalidade no campo ninguém tem certeza, mas, enfim, 30% da população de um país foi destruída pela peste bubônica.

Pois lá, em 1.569, o rei de Portugal determinou que houvesse, a partir de orientação de técnicos que vieram da Espanha ajudar Portugal, orientou o isolamento das pessoas. Não sabiam direito o que era aquilo que estava matando, eles não conheciam o vírus, eles não tinham conhecimento biológico, mas imaginavam que o contato entre as pessoas era grave, então isolaram as pessoas.

Então, há tantos anos atrás, o isolamento foi uma arma utilizada pelo governo português. Isso fez com que a peste bubônica durasse só três meses. E olha que matou tanta gente, durou só três meses.

Foi uma das durações, digamos assim, mais curtas de pandemia de peste bubônica na Europa, porque o governo de Portugal - Portugal tinha uma monarquia centralizada, você sabe -, o Estado português determinou o que tinha que fazer na época, que era o isolamento.

Hoje, quando o Estado brasileiro, o estado de São Paulo ou o município determina o uso da máscara, torna obrigatória a vacina, é por quê? É mais ou menos o que o Dr. Oswaldo Cruz fez no Rio de Janeiro para conter também uma epidemia de cólera e uma epidemia de varíola, é para uma pessoa não contaminar a outra.

Ninguém pode falar em liberdade para prejudicar outra pessoa. Um professor que esteja contaminado pela Covid, em uma sala de aula, vai contaminar as crianças. Deputados que estiverem contaminados de Covid, se vierem aqui, vão contaminar a gente também. Então a liberdade não pode ser uma coisa para prejudicar as pessoas, a coletividade, está em função da coletividade.

Então é uma coisa, assim, difícil de entender isso que o senhor defendeu aqui, o direito à liberdade significa eu poder sair contaminando todo mundo por aí. É isso o que o senhor defendeu. Eu saio contaminando todo mundo por aí. Eu acho que essa defesa que o senhor faz da vacina é, na verdade, um simulacro de defesa. Na verdade, não é uma defesa.

Ainda vem por detrás aquele velho conceito do Bolsonaro de contaminar a sociedade, fazer, digamos assim, a contaminação por rebanho e tal. Isso é uma irresponsabilidade absurda.

Eu sou a favor, inclusive, de quem se recusa a tomar a vacina, para proteger os outros merece ser demitido, inclusive, do trabalho, ser afastado do trabalho. Eu acho que sim, o Estado tem que impor as coisas de vez em quando, claro, ele tem polícia, ele tem uma série de elementos que ele tem que impor às vezes.

Eu queria fazer um registro rápido aqui no tempo que me resta dos 100 anos do nascimento do Dom Paulo Evaristo Arns, que o Paulo Fiorio lembrou, talvez uma das figuras mais simbólicas em defesa da democracia, dos direitos humanos, da generosidade, da solidariedade da nossa cidade.

Eu acho que São Paulo sem Dom Paulo seria uma outra cidade. Dom Paulo influenciou uma geração de padres, de leigos, de religiosas e acho que ajudou a tornar a nossa cidade mais humana.

Hoje, quando esses valores de solidariedade, de generosidade, isso que marcava o Dom Paulo, estão em questão, tem muita gente que questiona, acho que é muito bom lembrar do Dom Paulo.

É muito importante lembrar do Dom Paulo porque ele, digamos, simboliza a força da união dos seres humanos, da solidariedade e da generosidade dos seres humanos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - Eu gostaria de fazer uso da palavra pelo Art. 82 em nome da liderança do PTB.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MELLÃO - NOVO - É regimental o seu pedido. Vossa Excelência tem o tempo de cinco minutos.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - PELO ART. 82 - Muito obrigado, Sr. Presidente. Novamente eu subo a esta tribuna.

Senhores, é extremamente preocupante esse tipo de discurso, com todo o respeito que eu tenho ao deputado José Américo. Eu tenho certeza que é um deputado que se preocupa muito nas questões envolvendo a população paulista. Mas, deputado José Américo, me preocupa muito quando o senhor diz que defende que as pessoas que não querem tomar vacinas merecem ser demitidas.

Esse é o pensamento do Partido dos Trabalhadores? Eu acredito que não. Ou não deveria ser. Um partido que preza pelos trabalhadores não deve defender a demissão dos trabalhadores pelo simples fato deles escolherem tomar ou não a vacina.

E outra: a gente não está falando de liberdade de poder disseminar o vírus à pessoa “x”, “y” ou “z”. Muito pelo contrário. Até porque, quem não se sente seguro, deve tomar vacina sim. Quem quer se vacinar, deve tomar vacina. Afinal de contas, não é para isso que elas servem?

Qual é o sentido da palavra imunizante? Não é para ficar imunizado? Ou, pelo menos, como diz o próprio governador, imunizado de fases mais graves da doença, ou de etapas mais graves do coronavírus?

Porque senão não faz o menor sentido distribuir essa vacina, já que uma pessoa “x” pode ser infectada, e a outra pessoa “y”, que resolveu não tomar a vacina, infecta a pessoa “x”, que está imunizada. Então não existe lógica nenhuma nisso. Não existe lógica absolutamente nenhuma nisso.

As pessoas devem prezar pelo seu direito de escolha. As pessoas devem prezar pela sua liberdade individual. É extremamente preocupante um representante paulista desenvolver a ideia, defender a ideia de demissão pelo simples fato dela querer não ser vacinada, pelo simples fato dela não querer passar por um tratamento compulsório.

Ora, ninguém aqui está defendendo que “ele quer que todo mundo fique contaminado, quer que todo mundo fique doente”. Não, não é isso.

Novamente, eu repito pela vigésima quinta vez. Quem quiser se vacinar, se vacine, acreditando na palavra do próprio governador e dos técnicos de Saúde. Pelo que é dito aqui, de pés juntos, pela bancada do PT, estão imunizados, estão imunizados. Então não acontece nada. Está imunizado! Não está imunizado?

Pelo amor de Deus, as pessoas não podem ser obrigadas a passar por esse tipo de tratamento. As pessoas não podem ser obrigadas a isso. É um grande passo que a população dará no sentido de alienar, no sentido de entregar, no sentido de abrir mão da sua liberdade.

Não é possível, senhores. É claro o que está acontecendo no nosso Brasil, nos dias atuais. É um ataque frontal e direto ao direito de escolha. É o estado dizendo às pessoas o que elas devem fazer ou o que elas não devem fazer.

No início da pandemia, isso foi de uma forma absurda. No início da pandemia, isso se desenvolveu de uma forma, mais concreta, impossível. O horário que você tinha que sair de casa, o horário que você tinha que voltar para casa, os lugares onde você podia andar, os lugares onde você não podia andar.

Meu Deus do céu! Nós não podemos permitir que o estado avance a esses níveis absurdos. E com relação às crianças? E com relação aos seus filhos? Os pais devem escolher se o seu filho deve ou não ser vacinado. Assim como os pais devem escolher o tipo de educação cívica e moral que os filhos têm na escola.

Eu estou dizendo que isso é uma porta de entrada para casos extremamente piores. É o estado querendo meter o bedelho na sua vida, entrar na sua casa, e dizer aquilo que você deve fazer, aquilo que você não deve fazer.

Estou defendendo nada mais, nada menos, do que mais poder à população. O maior poder à população, o direito de escolha da população, do homem livre, do homem que não pode ser, de forma alguma, escravizado pelo estado, submetido a tratamentos por pessoas que estão iluminadas, que resolvem decidir em nome da população. Isso aqui é uma democracia.

façam o seguinte, então. Já que a gente está falando, vocês adoram fazer democracia? Abra-se pelo menos um plebiscito para saber o que a população acha a respeito disso. Referendo para saber o que a população acha a respeito disso. Deixem o povo decidir.

Descentralizem o poder ao povo. Ora, a Constituição não diz que todo o poder emana do povo? Deixem o povo decidir. Não precisa nem ser especificamente para a vacina, mas para os tratamentos mesmo, de forma geral. Os tratamentos compulsórios, obrigatórios.

Para concluir, Sr. Presidente. Deixem o povo decidir. E vocês verão que eu não estou falando sozinho. Eu represento milhões de pessoas que defendem a liberdade e que vão lutar por ela até o fim.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MELLÃO - NOVO - Muito obrigado, deputado Douglas Garcia.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Para uma comunicação de dois minutos.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MELLÃO - NOVO - É regimental o seu pedido.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Eu diria até que não é nem uma comunicação, Sr. Presidente. Eu gostaria de consultar o senhor. Eu não quero que o senhor responda agora. Mas que o senhor possa depois trazer a resposta. Se a Assembleia Legislativa revogou a necessidade de uso de máscara nesse plenário. Porque eu estou numa dúvida cruel.

Eu tenho visto deputados usarem a tribuna, ou o microfone de aparte, sem máscaras. O cara não quer tomar a vacina, o cara não quer acreditar na ciência, é um problema dele. Agora, a lei, as determinações legais, elas precisam ser seguidas. Senão elas são cobradas na Justiça. E, ao serem cobradas na Justiça, alguém vai pagar.

Até acho que já tiveram que pagar, porque ficaram sem máscara quando da outra volta presencial aqui neste plenário. Um plenário que não tem ventilação, um plenário fechado, não tem ventilação natural e que nos coloca, todos aqui, os funcionários, os deputados, as deputadas, aqueles que acompanham, sob risco.

Então eu faço a consulta se houve alguma mudança nas normas estabelecidas ou na legislação aprovada, sobre o uso de máscara. Porque, se não houve, eu, infelizmente, vou cobrar nas instâncias cabíveis. Espero que aqueles que não usarem paguem pelo seu erro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Para pedir a suspensão dos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - Pela ordem, Sr. Presidente. Para uma comunicação antes da suspensão dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MELLÃO - NOVO - É regimental o seu pedido.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente. Apenas para deixar destacado. Nós tivemos aqui, no semestre passado, uma ação que foi ajuizada contra mim pela não utilização de máscaras na tribuna durante o meu discurso.

Essa ação foi ajuizada pela deputada Mônica Seixas, se não me engano. Passou, inclusive, por boletim de ocorrência na Polícia. Subiu, teve o processo, e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo mandou arquivar.

Acontece que falar aqui no microfone, onde estou, é uma coisa. A gente faz uma breve comunicação. Mas, na tribuna, quando a gente vai falar, é necessário que haja um pouco mais de condicionamento de ar.

Então, quando você respira, você precisa falar, inclusive nas demais casas legislativas que eu vi Brasil adentro, foi exatamente assim: o parlamentares, e até mesmo no próprio Supremo Tribunal Federal, não utilizavam máscara, os ministros, quando iam discursar em suas respectivas tribunas.

Até porque, não encontro respaldo médico de ficar com discursos extremamente efusivos, que demandam um esforço maior do pulmão, quando se tem isso daqui na sua cara, e acaba impedindo o ar de entrar.

Então não vejo isso como saudável também, Sr. Presidente. Inclusive, vou até mesmo ao médico para questionar com relação a isso, ver como ocorre em algumas cidades.

As pessoas têm até mesmo um atestado médico para determinados tipos de atividades, não utilizarem com máscara, porque isso pode prejudicar a sua própria saúde, dependendo do seu condicionamento respiratório. É o que acontece quando a gente respira ali em cima da tribuna, com muita veemência para fazer os discursos.

Então eu lamento informar os deputados. É uma minoria de deputados, inclusive, que querem ajuizar ações em detrimento disso. Já perderam na Justiça uma vez. Vai gastar tempo, vai gastar sei lá mais o quê, vai gastar a sua assessoria, vai gastar o dispêndio de querer fazer algo inútil. Porque, como perdeu a primeira, vai perder a segunda, vai perder a terceira e vai perder quantas vezes forem necessárias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MELLÃO - NOVO - Muito obrigado, deputado Douglas Garcia. Atendendo solicitação anterior da deputada Professora Bebel, havendo acordo de líderes, a sessão está suspensa até as 16 horas e 30 minutos. Muito obrigado.

\* \* \*

- Suspensa às 16 horas e 16 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 34 minutos, o stado a Presidência do Sr. André do Prado.

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Reaberta a sessão. Ordem do Dia.

\* \* \*

- Passa-se à

## ORDEM DO DIA

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Há sobre a mesa requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 403, de 2020. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Em votação. As Sras. Deputadas e Srs. Deputados que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

Requerimento de urgência ao Projeto de lei Complementar nº 2, de 2021, de autoria do nobre deputado Douglas Garcia. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Em votação. As Sras. Deputadas e Srs. Deputados que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento do nobre deputado Douglas Garcia.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, nobre deputado Carlos Cezar.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Para falar pelo Art. 82. (Voz fora do microfone.) Não cabe mais? Então para uma comunicação apenas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Para uma comunicação sim, deputado Carlos Cezar. Tem a palavra.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - É que nós não entramos na Ordem do Dia. Já entrou? (Voz fora do microfone.) Perdão. Apenas para deixar registrado algo que, a meu ver, é extremamente abominável.

O nosso Código Penal já penaliza o crime de aborto. E apenas alguns casos de exceção, vítima de estupro, anencéfalo, em alguns raros casos é permitido por lei. Ocorre que foi divulgado um teleaborto. Ou seja, a telemedicina, que as pessoas poderiam ser orientadas como fazer o aborto. Isso é uma aberração.

Eu quero fazer esse comunicado para deixar bem claro que nós já apresentamos uma moção de repúdio, repreendendo veementemente contra essa prática, e para que isso jamais venha a ser relativizado no nosso País. Nós somos contra o aborto. Vamos lutar sempre contra uma aberração como essa, que é a questão do teleaborto.

Apenas isso.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente.

Gostaria de pedir, havendo acordo entre as lideranças, o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental. Havendo acordo de senhoras e senhores líderes, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje. Lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje às 19 horas. Está levantada a presente sessão.

\* \* \*

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 37 minutos.

\* \* \*

## 14 DE SETEMBRO DE 2021 8ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CARLÃO PIGNATARI
Secretaria: CARLA MORANDO e DANIEL JOSÉ

## RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Abre a sessão.

2 - CARLOS CEZAR

Solicita verificação de presença.

3 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, interrompida quando contactado quórum. Coloca em votação e declara aprovado o PL 574/16.

4 - CARLOS CEZAR

Solicita verificação de votação.

5 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico.

6 - GILMACI SANTOS

Para reclamação, informa que não tem conseguido dialogar com secretários do governo Doria. Solicita ao líder do Governo, o deputado Vinícius Camarinha, que favoreça o contato entre as autoridades.

7 - CARLOS CEZAR

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSB.

8 - CARLOS GIANNAZI

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSOL.

9 - ANALICE FERNANDES

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSDB.

10 - ALTAIR MORAES

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Deputados.

11 - PROFESSORA BEBEL LULA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PT. 12 - ADRIANA BORG0

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PROS.

13 - JORGE CARUSO

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do MDB.

14 - MARCIO DA FARMÁCIA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Podemos.

15 - SERGIO VICTOR

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Novo.

16 - ALEX DE MADUREIRA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSD.

17 - DANIEL SOARES

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do DEM.

18 - CORONEL TELHADA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PP.

19 - RICARDO MADALENA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PL. 20 - JANAINA PASCHOAL

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSL.

21 - SARGENTO NERI

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Solidariedade.

22 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Anuncia o resultado da verificação de votação, que não alcança quórum para deliberação, restando adiada a votação do PL 574/16. Coloca em votação e declara aprovado o PL 42/21.

24 - LETICIA AGUIAR

Declara voto contrário ao PL 42/21.

25 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Coloca em votação e declara aprovado o PL 176/21.